

**REQUERIMENTO N.º , DE 2013.**

(Do Sr. Giacobbo)

Solicita seja convocado o Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para debater a obrigatoriedade de emplacamento de tratores e máquinas agrícolas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, adote as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para prestar esclarecimentos sobre as resoluções 429, de dezembro de 2012, e 434, de janeiro de 2013, do CONTRAN, que tratam do emplacamento obrigatório de tratores, máquinas agrícolas e de pavimentação e guindastes a partir de 1º de junho de 2013.

**JUSTIFICATIVA**

A maioria das propriedades agrícolas brasileiras, pequenas, médias e grandes, dispõe de máquinas agrícolas para o trabalho diário de cultivo da terra. O CONTRAN editou essas duas resoluções obrigando o emplacamento de tratores e máquinas agrícolas em todo o território nacional. Todas as mudanças que vão ser feitas no campo devem ter uma discussão prévia com os produtores e suas entidades representativas, bem como uma orientação de como e onde fazer, qual o custo e como será feita a fiscalização.

A nossa preocupação é de que não se leve mais essas despesas e preocupações ao agricultor brasileiro, que já convive com tantos dissabores, haja vista os altos custos de produção, dificuldades de escoamento da produção, preços baixos dos produtos agrícolas, problemas climáticos etc.

“Levantamento feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) aponta que, dependendo da unidade da federação, o produtor rural poderá ter uma despesa adicional entre R\$ 500 e R\$ 1000 por máquina agrícola, valor que poderia ser ainda maior para equipamentos com valores superiores a R\$ 80 mil.”

Por tudo isso, faz-se necessário que o Ministro das Cidades venha a esta Casa discutir, com antecedência, os melhores caminhos para não se penalizar ainda mais o agricultor brasileiro.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2013

Deputado GIACOBO